

Agricultura familiar e proteção ambiental: oportunidade para geração de rendas não-agrícolas

Luiz Carlos Pittol Martini
ENR/CCA/UFSC - Rod. Admar Gonzaga, 1346
88034-001 Florianópolis-SC
lmartini@cca.ufsc.br

Resumo

Frente às reconhecidas dificuldades de os agricultores familiares atingirem um padrão de renda satisfatório a partir unicamente das atividades de produção agrícola, tem aumentado a discussão acerca de alternativas capazes de promover a ampliação da renda no meio rural. Dentre as alternativas promissoras, este trabalho apresenta e discute a possibilidade de retribuição monetária aos agricultores familiares por ações executadas em suas atividades que resultem em benefícios ambientais diretos e indiretos para a população urbana. Os benefícios ou externalidades positivas podem advir de melhorias no manejo das terras, sem alteração substancial do modelo de agricultura tradicionalmente praticado, ou podem ser decorrentes de profundas mudanças no sistema de produção, como aquelas ensejadas pela denominada agricultura orgânica. No primeiro caso, os ganhos em proteção ambiental são colaterais ou secundários, já que o manejo mais adequado das terras visa sobretudo criar condições para manter a atividade agrícola em um certo patamar desejável de produção. O segundo caso, por sua vez, implica em vincular à atividade agrícola familiar intenções e ações que resultem em proteção ambiental, muitas vezes principal foco de interesse urbano. No entanto, tratar a proteção ambiental como principal objetivo pode resultar em insuportável declínio nos ganhos dos agricultores, principalmente durante a fase de transição entre sistemas agrícolas de produção. Assim, propõe-se que eventuais programas de controle ambiental voltados à agricultura familiar incluam medidas que promovam a ampliação ou mesmo a manutenção da renda dos agricultores a partir de atividades não-agrícolas. Dessas medidas, com potencial para adoção em certas regiões é a proposta de pagamentos aos agricultores por ações que resultem em melhoria ou manutenção da qualidade da água de mananciais que interessam às populações urbanas. Os pagamentos podem ser tratados como contrapartidas à possível redução da produtividade das terras e/ou do trabalho quando são

adotadas técnicas ou sistemas de produção que minimizam danos aos mananciais, sendo assumidos pelos usuários beneficiados pela melhoria ou manutenção da qualidade das águas. Sob um outro ponto de vista, os pagamentos podem ser considerados como ações afirmativas de combate à pobreza rural, objetivo central de uma desejável política pública voltada ao campo.